

Famílias da ocupação Nelson Mandela terão mais prazo e bolsa moradia

Qui 26 fevereiro

As mais de 50 famílias que integram a ocupação Nelson Mandela, na região Centro-sul de Belo Horizonte, ganharam mais prazo para deixar o local e terão auxílio para custear moradia enquanto aguardam o reassentamento definitivo.

Esses foram os dois principais resultados do encontro realizado na quinta-feira (26/2) na Cidade Administrativa (sede do governo mineiro) entre representantes do Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e integrantes de ocupações em todo o estado, na segunda reunião da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre Ocupações Urbanas e no Campo. A Mesa ainda está em fase de implantação, mas os resultados começam a aparecer.

Na reunião, a PBH concordou em solicitar a suspensão da decisão judicial de reintegração de posse, que estava marcada para 6 de março. Com o acordo, as famílias vão ter 30 dias (prorrogáveis por mais 15) a partir desta quinta-feira para desocupar o local e encontrar uma habitação provisória, que será custeada por bolsa moradia fornecida pelo governo mineiro por meio de convênio com a PBH. A bolsa moradia será de R\$ 500 mensais por família. O benefício será oferecido até que ocorra o reassentamento em local definitivo em Belo Horizonte e região.

O presidente da [Companhia de Habitação de Minas Gerais \(Cohab\)](#), Claudius Vinicius Leite Pereira, representante do governo, considerou que a reunião foi um avanço no Estado. “Demos mais um passo, um grande avanço. Conseguimos contornar a questão da ocupação Nelson Mandela. Foi uma negociação como deve ser, onde todas as partes buscaram o acordo e aproximar um ponto do outro”, disse. “Estou muito satisfeito com o resultado. As pessoas estão aumentando a confiança entre elas. À medida que essa confiança aumentar, as soluções vão ser mais fáceis”, frisou.

Além de custear a bolsa moradia, o Estado vai apoiar as famílias e a PBH no processo de procura de um lar provisório. A Cohab vai colocar à disposição das partes equipes técnicas e veículos. “Saímos numa resultante que evitou o pior, que é o conflito, e encontramos uma solução boa para todas as partes”, afirmou Claudius.

Estiveram presentes à reunião representantes do Estado, de organizações da sociedade civil ligadas ao tema, Ministério Público, PBH, [Polícia Militar](#), Procuradoria do Estado de Minas Gerais, [Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais](#) e Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (UFMG).

Próximas pautas

Na ocasião, também foram tratados os casos das ocupações de Barreirinho, em Ibirité, e da cidade de Timóteo. Assim como aconteceu no caso de Nelson Mandela, o presidente da Cohab acredita num processo saudável de negociação junta às prefeituras. “Outras ocupações foram pautadas e propusemos algumas medidas iniciais para ver as possibilidades e os mecanismos que podem ser

usados para equacionar os problemas”, contou o presidente da Cohab. Segundo ele, outros casos semelhantes vão ser apresentados e os mais urgentes vão ser tratados com prioridade.

Mesa Estadual de Diálogo

Em reunião realizada no dia 20 de fevereiro, também na Cidade Administrativa, o [Governo de Minas](#) deu o primeiro passo para instituir a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre Ocupações Urbanas e no Campo. Com a iniciativa, o Estado almeja acelerar a resolução dos impasses referentes às ocupações existentes em Minas Gerais.

Embora ainda não esteja oficialmente instituída, Claudius Vinicius acredita que proposta da Mesa já demonstrou sua eficácia. “Uma mesa é mediadora e traz o conflito para o ambiente controlado. Ela aproxima a visão de solução e as pessoas passam a procurar um território comum, onde elas possam transitar e discutir as soluções. Sob esse aspecto, a proposta da Mesa funcionou brilhantemente”, analisou Claudius.

A reunião para instituir a mesa ficou agendada para o dia 12 de março. A ideia é que a ação governamental seja um mecanismo de negociação aberto e permanente entre o Estado e os movimentos populares de ocupação. Entre outras funções, a Mesa vai ter a atribuição de definir os procedimentos para o acompanhamento da implementação do compromisso estadual e de seus resultados, inclusive mediante a formulação e a mensuração de indicadores de desempenho.